

CPI ^{Orçamento} quer fim do sigilo bancário para eleitos

Raimundo Paccó

O relatório final da CPI do Orçamento vai propor o fim dos sigilos bancário e fiscal de todas as pessoas que exercerem cargo eletivo, da data da diplomação ao fim do mandato. "Vou apontar a necessidade de acabar com os sigilos do vereador ao Presidente da República", disse o relator-geral da CPI, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE).

Magalhães afirmou que esta parte do texto já está pronta e espera apenas o fim dos trabalhos das subcomissões e a conclusão dos depoimentos — dia 17 — para se dedicar à parte em que vai tipificar os crimes cometidos pelos investigados. Ele vai sugerir ao Ministério Público a abertura de processo contra os culpados e às mesas da Câmara e do Senado a cassação do mandato de parlamentares corruptos.

Conforme o relator, a sugestão para o fim dos sigilos é uma reedição, com algumas modificações, da proposta do líder do Governo no

Senado, Pedro Simon (PMDB-RS). A proposta do senador gaúcho foi derrotada no plenário do Senado, por dois votos, quando a CPI do Orçamento já estava em curso. "É uma iniciativa igual à do senador Pedro Simon, só que desta vez com o aval da CPI", disse Magalhães. Ele não se candidatará a apresentar o projeto de lei. Mas se ninguém o fizer, a partir das sugestões da CPI, vai trabalhar a proposta.

No relatório final, que terá cerca de 300 páginas, Roberto Magalhães deverá sugerir ainda o fim da Comissão Mista de Orçamento e a criação de uma comissão de sistematização, que receberá os dados das comissões permanentes da Câmara e do Senado encarregadas de fazer a proposta de Orçamento da União. Pelo que já foi apurado, a Comissão de Orçamento, com a estrutura atual, serve apenas para a manipulação de verbas, tráfico de influência e corrupção.

O relator explicou também que no futuro projeto será pedida a quebra do sigilo dos ministros, mas isso não fará parte do seu relatório: "Ministro não tem mandato e pode ser demitido a qualquer instante. Mas, já que estamos fazendo um projeto, podemos incluí-los também".



Parlamentares disseram que a decisão de Magalhães de renunciar à relatoria dos processos deveria ter sido tomada no início da CPI

CORRUPÇÃO